

Teoría política: un balance provisorio.

Amadeo Javier.

Cita:

Amadeo Javier (2010). *Teoría política: un balance provisorio*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/53>

Título: Teoria política - um balanço provisório

Autor: Javier Amadeo

jamadeo41@hotmail.com

Universidade Federal de São Paulo

Área temática: Teoría Política

**"Trabajo preparado para su presentación en el
V Congreso Latinoamericano de Ciencia
Política, organizado por la Asociación
Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).
Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010."**

Resumo:

Um pressuposto fundamental para o desenvolvimento de uma teoria política vigorosa é a possibilidade de proporcionar uma inteligibilidade reflexiva de seu próprio desenvolvimento, relacionando para isto explicações extrínsecas com uma história interna complementar de seus êxitos e fracassos. O objetivo do presente trabalho é realizar um balanço provisório dos desenvolvimentos, problemas e desafios da teoria política nas últimas décadas. Para isto é necessário retroceder à década de 1960 quando era consensual avaliar o declínio da reflexão teórica, a partir desse momento se produziu um surpreendente ressurgimento da teoria política. Se este ressurgimento trouxe novos temas, problemáticas e abordagens, ao mesmo tempo esta prosperidade pode pressagiar limites e problemas que devem ser questionados. Desta forma consideramos vital uma reflexão sobre os desafios que temos pela frente.

I.

Como afirma Terence Ball (2004) as periódicas reavaliações e reconsiderações do valor do que herdamos dos pensadores vivos e mortos são sempre empreendidas sob a perspectiva de nossos próprios tempos e circunstância. Nós reavaliamos à luz dos problemas que encontramos ou que escolhemos enfatizar. E assim fazemos, como estudiosos de teoria política, com algum senso de onde estamos e aonde esperamos ir. O objetivo neste artigo é dizer algo a respeito de onde estivemos, onde estamos agora e onde ainda podemos ir.

Desta forma, o presente texto busca sugerir, e como conseqüência propor, uma reconstrução da teoria política das últimas décadas a partir do pressuposto de uma divisão progressiva entre teoria e história. Esta narrativa é, portanto, uma reconstrução desde um ponto de vista particular e enfatiza determinados aspectos da elaboração das passadas décadas deixando fora da análise autores e elaboração que são de importância substantiva, porém que não serão consideradas.

II.

As primeiras décadas do século XX e os anos de pós-guerra constituíram um período fundamental para entender o estabelecimento da ciência política como disciplina acadêmica. Durante este período se construiu o consenso dominante – tanto do ponto de vista teórico e como do ponto de vista prático/institucional – sobre o estatuto da disciplina, seus objetivos, limites e fundamentalmente sobre seu método. Uma das conseqüências mais importantes foi o estabelecimento de uma dicotomia fundamental entre teoria política, entendida como a história do pensamento político, e

ciência política, entendida em tanto análise empírica das instituições políticas. Como sucede com a construção de todas as “historias oficiais”, o resultado final tendeu a naturalizar uma determinada concepção vencedora frente às alternativas derrotas nessa “luta pelo poder”¹.

Como afirma Gabriel Almond (1996) durante o período de pós-guerra houve um rápido crescimento no processo de institucionalização e profissionalização da ciência política, em grande parte como resultado da experiência interdisciplinar do período de guerra. Os currículos de ciência política e os departamentos nas universidades se expandiram rapidamente em resposta a uma nova concepção da disciplina e à ampliação da educação superior. O estudo das relações internacionais, estimulado pelo novo papel dos Estados Unidos, como potencia hegemônica, passou a ocupar um lugar central nos novos institutos de pesquisa das principais universidades norte-americanas como Yale, Princeton, Columbia e Harvard.

Novas especialidades como estudos de segurança, economia política internacional, opinião pública e estudos culturais foram incorporados junto com as antigas sub-especialidades. O novo cenário internacional de pós-guerra levou aos Estados Unidos, de forma similar a como tinham acontecido com as antigas potencias hegemônicas, a investir na formação de especialistas para analisar os processos e problemas do desenvolvimento – e propor políticas específicas – dos países em desenvolvimento ou países surgidos do processo de descolonização na Ásia, África, Oriente Médio e, especialmente na América Latina. Os departamentos de ciência política, e os incipientes programas de relações internacionais, se expandiram rapidamente para se adequar a estas novas necessidades e especialidades. Estes novos temas e problemas foram acompanhados pelo surgimento de uma nova perspectiva analítica para a ciência política.

Três instituições norte-americanas foram especialmente importantes durante o período em questão. Em primeiro lugar a Universidade de Michigan, e seu Instituto de Pesquisa Social, influenciado por investigações no campo da psicologia social; em segundo lugar, o Departamento de Pesquisa Social Aplicada de Columbia, fundado pelos sociólogos Paul Lazarsfeld e Robert Merton; e por último, o Centro de Pesquisa de Opinião Nacional da Universidade de Chicago, dirigida nos seus primeiros anos pelo sociólogo Clyde Hart. Estas instituições produziram e difundiram a literatura e formaram

¹ Para uma análise sugestiva do estudo da política no século XIX e algumas das conseqüências de sua institucionalização no século seguinte ver Collini, Winch e Burrow, 1987.

os pesquisadores que contribuíram de forma substancial para a “revolução comportamentalista”².

Na primeira década do período de pós-guerra, Talcott Parsons e outros autores da mesma orientação teórica desenvolveram o conceito de sistema para comparar tipos diferentes de sociedades e instituições, partindo do trabalho de teóricos como Weber e Durkheim. Com base em esta e outra fontes David Easton introduziu de forma original o conceito de sistema na ciência política³.

Easton, provavelmente o mais importante autores desta primeira geração de autores comportamentalistas, problematizou a enorme produção de dados quantitativos e qualitativos gerados pela ciência social da década de '50, e ao mesmo tempo a ausência de uma teoria sistemática para avaliar esses dados. Como consequência, era necessário o desenvolvimento de uma ciência própria para os estudos políticos que permitisse a produção de “um conhecimento universal e confiável sobre os fenômenos sociais”; “o propósito de um procedimento de acordo a regras científicas é fazer possível a descoberta de uma teoria altamente generalizável” (Easton, 1953: 65-6). Para Easton uma teoria geral da ciência política devia consistir em um sistema dedutivo de pensamento, com um número limitado de axiomas e postulados, um corpo de generalizações empiricamente validadas, que podia ser deduzido em uma ordem descendente para especificar e prover uma explicação causal do comportamento político.⁴

O livro de Easton *O sistema político* (1953) insistia no fracasso da ciência política da década de 50 para construir teorias coerentes sobre o fenômeno político, e para desenvolver técnicas para coleta e análise de dados, com os quais fosse possível construir essas teorias. A definição mais amplamente conhecida e usada sobre a política foi colocada por Easton na sua definição de sistema político como a “distribuição autorizada de valores na sociedade”. Esta definição colocava para os pesquisadores uma orientação fundamental para delimitar o conteúdo da ciência política.

Desta forma surgia uma ciência política nova, baseada em uma epistemologia positivista, que buscava analisar a partir de métodos estadísticos os processos de modernização e democratização e o desempenho governamental. Para estes autores era

² Cf. Almond, 1996: 70.

³ Cf. Easton, 1953 e 1965.

⁴ Easton's vision was one of a “general theory” of political science that would consist of a deductive system of thought so that a limited number of postulates, as assumptions and axioms, a whole body of empirically valid generalizations might be deduced in descending order of specificity and provide predictive causal explanations of political behavior.

possível a partir destes critérios científicos obter um progresso significativo na compreensão do funcionamento dos grupos de interesse e no fenômeno do corporativismo, assim como uma melhor apreciação de papel fundamental dos partidos políticos no processo democrático⁵.

Uma das conseqüências mais importantes da revolução comportamentalista das décadas de '50 e '60 foi o estabelecimento de uma separação clara e irreconciliável entre “ciência” política e o estudo do pensamento político moderno, e como conseqüência uma desvalorização da segunda.

A primeira geração de cientistas políticos influenciados pelo comportamentalismo – David Easton, Robert Dahl ou Davir Truman – começou como estudantes de teoria política, e algum dos primeiros trabalhos analisavam determinado pensador importante da tradição ocidental do pensamento político. Textos importantes como: *A History of Political Theories* de William Dunning, *Growth of Political Thought* de Charles McIlwain e especialmente *A History of Political Thought* de George Sabine foram as fontes intelectuais de todos estes cientistas políticos. No entanto, necessidade de estabelecer critérios científicos para a análise dos fenômenos políticos levou estes autores a rejeitar o suposto historicismo anacrônico de seus antecessores.

Para construir uma abordagem verdadeiramente científica da política era necessário deixar de lado a preocupação com o pensamento político pré-científico. A revolução comportamentalista, desta forma, estabeleceu uma linha de demarcação entre o estudo “científico” do comportamento político e o estudo “histórico” do pensamento político⁶, desta forma pensamento e ação eram separados analiticamente e não existia nenhuma relação entre ambas. David Easton em *The Political System* criticava a abordagem preponderante da política afirmando que: “A teoria política hoje está interessada *fundamentalmente* na história das idéias” (Ball, 2001: 108-9, *ênfase nosso*).

Esta separação entre estudo científico e histórico da política como campos separados levou um clima de época marcadamente hostil em relação à teoria ou filosofia

⁵ Cf. Almond, 1996: 72-3. Ver também Gunnell, 1983, Bevir, 2006 e Ball, 2007.

⁶ “If we were to model the history of political science in ages, it would properly begin in Greek political science, make some modest gains in the Roman centuries, not make much progress in the Middle Ages, rise a bit in the Renaissance and Enlightenment, make some substantial gains in the 19th century, and then take off in solid growth in the 20th century as political science acquires genuine professional characteristics. What would be measured by this curve is the growth and qualitative improvement in knowledge concerned with the two fundamental questions of political science: the properties of political institutions and the criteria we use in evaluating them” (Almond, 1996: 50).

política⁷. Autores de tendências teóricas e posições políticas diferentes pareciam concordar em um diagnóstico comum, a frase de Peter Laslett em sua introdução à *Philosophy, Politics and Society* (1956: vii) talvez sintetizasse da melhor maneira esse clima de época “no momento, de qualquer maneira, a filosofia política está morta”.

Leo Strauss, um filósofo político de tendência conservador, formado na fenomenologia de Husserl e Heidegger, com grande influência na Universidade de Chicago, afirmava, em um texto clássico sobre os fundamentos da filosofia política: “Hoje, a filosofia política está num estado de decadência, e quiçá de putrefação, se não tem desaparecido completamente. Não só existe um completo desacordo em relação a seu objeto, método e função; sua própria possibilidade tem sido colocada em questão. O único ponto sobre o qual os professores de ciência política concordam se refere à utilidade do estudo da história da filosofia política” (Strauss, 1959: 17)⁸.

Por sua vez Sheldon Wolin, professor da Universidade de Berkeley e defensor de posições progressistas, no prefácio de seu influente livro *Política e Perspectiva* colocava uma apreciação similar: “Em muitos círculos intelectuais existe hoje uma marcada hostilidade em relação, ou ainda um desprezo, à filosofia política na sua forma tradicional. Minha esperança é que este volume, se não conseguir aclamar aqueles que estão ansiosos por jogar fora o que ainda existe da filosofia política tradicional, ao menos seja exitoso em deixar claro o que tem sido descartado” (Wolin, 1960: XXIII)⁹.

III.

Durante a década de '60 e de '70 tem acontecido uma admirável renovação e ressurgimento da teoria política. Várias explicações, porém nenhuma completamente satisfatória, procuraram entender e explicar este ressurgimento. A explicação mais

⁷ Existe certo consenso sobre este diagnóstico, porém com vozes dissonantes, ver por exemplo Parek, 1996.

⁸ “Today, political philosophy is in a state of decay and perhaps putrefaction, if it has not vanishes altogether. Not only is there complete disagreement regarding its subject matter, its methods, and its function; its very possibility in any form become questionable. The only point regarding which academic teachers of political science agree, concerns the usefulness of studying the history of political philosophy”.

⁹ “In many intellectual circles today there exists a marked hostility toward, and even contempt for, political philosophy in its traditional form. My hope in that this volume, if it does not give pause to those who are eager to jettison what remains of the traditional of political philosophy, may at least succeed in making clear what it is shall have discarded”.

consensual sobre este processo é que a teoria política se desenvolveu porque seu principal adversário, o comportamentalismo, entrou em crise.

A ciência política comportamentalista tinha retomado as categorias e distinções-chaves de uma filosofia particular, o positivismo filosófico, assim uma história adequada “revolução comportamentalista” deve incluir, também, uma consideração da ascensão e queda de seus fundamentos filosóficos¹⁰.

Como afirma Terence Ball, o positivismo filosófico teve uma função normativa particularmente importante para o comportamentalismo; o positivismo definia os parâmetros de uma elaboração verdadeiramente científica, e o que a ciência política deveria ser para ser uma ciência. Em primeiro lugar, a ciência política deveria distinguir entre “fatos” e “valores”; em segundo ela devia privilegiar uma abordagem “empírica” em detrimento de uma “normativa”, e adotar, como consequência, uma abordagem de caráter explicativa. Uma explicação científica, de acordo com estes pressupostos positivistas, dependia da descoberta e desenvolvimento de leis objetivas e universais. A teoria política “tradicional”, por sua vez, não se adequava aos critérios positivistas de significância cognitiva e suficiência explicativa; por esses motivos, ela era rejeitada como não-científica ou, no máximo, como pré-científica e, portanto, destinada a ser superada. A teoria política devia concentrar seus esforços no estudo dos pensadores clássicos do passado e deixar que os problemas políticos contemporâneos fossem abordados pela ciência política, estabelecendo desta forma uma dicotomia básica entre os elementos normativos e empíricos da explicação social. Herdeira como era de uma específica filosofia da ciência, o destino da ciência política comportamentalista esteve ligado à derrota do positivismo filosófico. No entanto, incorreto ou simplista relacionar o ressurgimento da teoria política exclusivamente com o declínio de positivismo filosófico e o declínio associado do comportamentalismo (Ball, 2004: 4).

Um segundo elemento a ser considerado refere-se às relações entre elaboração teórica e o movimento do mundo político real. Durante a década de sessenta assistimos a uma série de eventos fundamentais para a fortuna da teoria política. A agitação política serviu como fundamento da atividade teórica; alguns dos eventos mais importantes (só para nos concentrar nos Estados Unidos) foram: o movimento pela liberdade de expressão na Universidade de Berkeley, o movimento pelos direitos civis e os protestos contra a guerra de Vietnã e pela retirada das tropas norte-americanas. Estes

¹⁰ Cf. Farr, 1995.

acontecimentos centrais dessa década colocaram uma série de assuntos que eram problemas políticos antes de serem questões teóricas, a legitimidade do Estado, os limites da obrigação política, a natureza da justiça e as preocupações com a consciência política da população.

Através da década de '60, a disputa sobre a sorte da teoria política foi colocada em questões sobre os limites da ação política e também na busca de um espaço político entre o liberalismo e o marxismo.

Foi neste contexto teórico e político que surgiram novas obras teóricas fundamentais na tradição da teoria política. Foi nesses anos que John Rawls desenvolveu as idéias centrais que cobriam forma sistemática em *Uma teoria da justiça* (1971), uma obra voltada ao exame de temas que ganharam proeminência nos agitados anos sessenta: políticas redistributivas, objeção de consciência, e legitimidade do poder do Estado. Também, neste período, surgem com força no mundo anglo-saxão as contribuições de Quentin Skinner e da *Escola Contextualista* do pensamento político (também conhecida como *Escola de Cambridge*). Aparecem ainda outros trabalhos que dão uma idéia do ressurgimento da teoria política, só para citar alguns deles: *Politics and vision* de Seldon Wolin (1960), *Rationalism in politics* de Michael Oakeshott (1962), *The one-dimensional man* Herbert Marcuse (1964), *Political argument* de Brian Barry (1964), *Four Essays on liberty* de Isaiah Berlin (1969) (Dryzek, Honig e Phillips, 2006: 14).

A publicação de *Uma teoria da justiça* foi recebida com o tratado de filosofia política mais importante do século XX, e colocada como uma retomada da discussão política se distanciando da indiferença apolítica da filosofia analítica¹¹. A filosofia política, a partir de uma perspectiva analítica, demonstrava que podia enfrentar os problemas sociais do momento, defender direitos iguais e oferecer uma série de princípios orientadores para a distribuição dos recursos econômicos. Rawls procurava desenvolver uma concepção especificamente liberal da política, como surgia do título de sua segunda obra fundamental *Liberalismo político* (1993). Para Wolin, a motivação do projeto estava implícita em certa justaposição da terminologia, Rawls estava propondo uma solução *liberal* para o que ele considerava como a evidente crise da *democracia* constitucional moderna.

¹¹ “Rawls’s book had an immense impact and enabled moral and political philosophy to stop seeing themselves as purely (or at least primarily) descriptive approaches: they could now claim an active role in the discussion and resolution of public problems” (Nehamas, 1997: 217).

É possível ver como a mudança de ênfase das obras reflete problemas e preocupações diferentes enfrentados por Rawls. Podemos considerar que a primeira das obras expressa um contexto histórico e político específico, uma conjuntura que surge com a instauração do *New Deal* – em quanto Estado regulador e de bem-estar social –, com sua confiança na resolução dos problemas sociais mediante uma combinação de administração e políticas específicas, até a proposta de *Great Society* de Lyndon Johnson, cujos principais objetivos de reforma social eram a eliminação da pobreza e o fim da discriminação racial. Desta forma *Uma teoria da justiça*, com sua ênfase econômica na distribuição de recursos e política no valor fundamental dos direitos, refletia a tradição do *welfare state* e a luta pelos direitos civis das décadas anteriores. Em contraposição, sua obra posterior *Liberalismo político*, representa o liberalismo em uma era de crescente predomínio conservador, e de “guerras culturais”, um liberalismo que se inclina para o centro e que como consequência deixa de lado o problema de tentar resolver a relação entre desigualdades econômicas e sociais e igualdade política. Esta última obra de Rawls desloca o problema da democracia do âmbito material, para recolocá-lo no âmbito cultural o ideológico (Wolin, 2004: 530).

A visão de Rawls representou algumas mudanças importantes no discurso sobre a justiça que ilustravam como a tradição filosófica tinha estabelecido laços com a economia e a teoria legal um novo tipo de filosofia política, com algumas características particulares seu alto nível de abstração, sua complexidade técnica e sua moderação do ponto de vista político.

Uma teoria da justiça adota os principais elementos da problemática liberal, as tensões entre liberdade e igualdade, a distinção entre as dimensões políticas e economias da vida social e uma base consensual da sociedade como pressuposto político fundamental.

Colocando a justiça como a primeira virtude de todas as instituições sociais, Rawls aponta sua intenção de abordar a questão da desigualdade. A concepção de justiça é formulada primordialmente em termos econômicos como “a forma na qual as principais instituições sociais *distribuem* direitos e deveres e *determinam a divisão* das vantagens da cooperação social”¹². A teoria da justiça era concebida como parte, talvez a mais significativa, da teoria da escolha racional. O ponto de partida não será o cidadão virtuoso e sim o indivíduo racional da teoria econômica, de forma congruente o

¹² Cf. Rawls, 1971: 7.

princípio definidor da cidadania é a reciprocidade, o que leva a uma importante mudança na idéia tradicional de contrato social, de ser uma solução política contra o poder arbitrário passa a privilegiar uma concepção de negociação.

A centralidade atribuída à política econômica tem importantes conseqüências política para Rawls. O papel da administração é ampliado, enquanto a governança é concebida tecnocraticamente, reduzida a um Estado autônomo altamente centralizado independente dos poderes econômicos e sociais que supostamente deve regular. Para Rawls os arranjos de livre mercado devem ter lugar dentro de um marco de instituições jurídicas que regulem as tendências gerais dos sucessos econômicos e conservem as condições sociais necessária para a justa igualdade de oportunidades.

Rawls concebe a autonomia reguladora do Estado, e seu poder para transformar as desigualdades socioeconômicas, sem examinar a estrutura econômica da sociedade que concentra tanto riqueza como poder. Seu silêncio sobre as estruturas do poder econômico não são uma omissão, mas um gesto de legitimação (Wolin, 2004: 531).

Durante a década de '60 foram publicados uma serie de trabalhos de caráter metodológico que colocaram as fundações do trabalho dos historiadores das idéias. Três desses trabalhos foram de particular relevância, John Pocock publicou o ensaio “The history of political thought: a methodological enquiry” (1962); John Dunn “The identity of the history of ideas”, (1968), e em 1969 aparecia “Meaning and understanding in the history of ideas” de Quentin Skinner, o mais influente dos textos metodológicos desta nova historiografia.

O objetivo central desses trabalhos era questionar a abordagem tradicional da teoria política e sustentar a *identidade histórica da teoria política*; o método apropriado para desenvolver seu estudo era o método histórico, e o significado dos conceitos e idéias chaves dos textos centrais da teoria política devia ser entendido partindo da noção de um significado historicamente construído (Hampsher-Monk, 2001: 159-60).

As origens deste processo de reformulação devem ser buscadas na análise lingüística adotada por alguns teóricos da Universidade de Cambridge na década anterior – 1950 –, e nas teorias dos atos de fala (*speech-acts*) desenvolvidas em Oxford. O foco principal destas visões se concentrava sobre a ampla variedade de coisas que podiam ser reconhecidas como ditas, e especialmente sobre a diversidade de contextos lingüísticos que iriam determinar o que poderia ser enunciado e que, ao mesmo tempo, podiam ser modificados por essas enunciações. Os historiadores do pensamento político se apropriaram destas concepções e desenvolveram uma análise crítica com relação aos

fundamentos epistemológicos das suas pesquisas. Como afirma Pocock, era curioso que a série *Philosophy, Politics and Society*, publicada por Peter Laslett a partir de 1956, se dedicasse quase inteiramente ao exame e investigação de problemas políticos, e escassamente à definição de seu *status* histórico ou à historiografia do debate político; talvez uma demonstração das dificuldades de estabelecer um diálogo construtivo entre filosofia e história. Uma exceção fundamental desta tendência, de significativa importância, foram os textos de Pocock, Dunn, e Skinner também publicados nessa série. De forma paradoxal, ao mesmo tempo em que Laslett anunciava que “a filosofia política estava morta”, a história do pensamento político começava um processo de profunda reformulação, em grande medida como consequência do próprio trabalho de Laslett; em particular graças a seu trabalho editorial sobre os textos de Robert Filmer e John Locke¹³. Estes trabalhos colocaram os fundamentos históricos e teóricos que deveriam guiar as pesquisas dos historiadores do pensamento político¹⁴.

Neste ponto começava a tomar forma uma historiografia com ênfases características. Primeiro, sobre a variedade das “linguagens” em que o debate político pode se desdobrar; e segundo, sobre os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns com relação a outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e outros contextos históricos e políticos conferindo uma textura extremamente rica, que poder ser resgatada, de seu debate (POCOCK). Como exemplo, podemos ver que a republicação dos textos de Robert Filmer, em 1679, provocou respostas muito diversas em termos lingüísticos como *First Treatise*, de Locke, bastante diversa em comparação com o seu *Second Treatise*, ou *Discourses on Government*, de Algernon Sidney, também diversa em relação a ambos. Todas as tendências na história do debate político poderiam ser acompanhadas sob o ponto de vista de como elas divergiram e/ou tendiam a convergir; aqui começa a nascer uma história de atores expressando-se e respondendo uns a outros em um contexto lingüístico comum, embora diverso.

A análise da pesquisa científica na passagem de Popper a Kuhn, e para além deles, teve grande importância neste processo de reformulação, mas foi somente em meados da década de 1960, com a primeira publicação dos textos de Quentin Skinner¹⁵,

¹³ Ver, Laslett, 1949 e 1960.

¹⁴ Cf. Pocock, 2003: 24-5.

¹⁵ De particular importância é “Meaning and understanding in the history of ideas” de 1967, publicado em 1969.

que os historiadores do pensamento político começaram a expor a lógica de sua própria pesquisa e a aprofundá-la nas áreas em que ela se aproximava da filosofia da linguagem.

Quentin Skinner tomou como ponto de partida de sua elaboração teórica a aplicação de uma posição filosófica particular, o análise dos atos de fala (*speech acts*) de Austin. O trabalho inicial de Pocock, por sua vez, se baseava numa tradição de prática intelectual, que explorava uma variedade de fundamentos metodológicos, porém articulados de forma crescente e original no conceito de *linguagem*. Podemos ver, portanto, posições contrastantes, Skinner partiu de uma posição metodológica desafiante, específica e combativa, a que sofreu apenas ajustes mínimos¹⁶, e em contraste Pocock tentou um tipo de explicação mais tentativa, reconhecendo o caráter exploratório do estudo da história do pensamento político. Pocock parte de uma aproximação de tradição, inspirada em Michael Oakeshott, que permite entender tanto o objeto de análises como as recomendações de como abordá-lo. Teorizar dentro de uma tradição implica necessariamente um processo de abstração dela. O equívoco na história do pensamento político consiste na tentativa equivocada de apresentar a história de uma tradição discursiva não estabelecendo evidências históricas para suas continuidades conceptuais, e sim através da identificação especulativa das conexões ou, ainda pior, construindo exemplos canônicos mediante a abstração filosófica¹⁷ (Hampsher-Monk, 2001: 160-1).

O trabalho de Skinner tem combinado desde o começo um trabalho substantivo sobre o pensamento político moderno¹⁸ com uma preocupação metodológica marcante. Sua posição tem acentuado uma característica fundamentalmente lingüística do trabalho do historiador do pensamento político.

Alguns conceitos centrais dos trabalhos de Ludwig Wittgenstein – *Philosophical Investigations* – e de J. L. Austin – *How to Do Things with Words* são retomados na análise de Skinner. Em relação a Wittgenstein, retoma a idéia de que os significados das palavras não podem ser pensados isoladamente, seu significado deve ser compreendido dentro de jogos de linguagem específicos e, de forma mais general, dentro de formas de vida particular; de Austin retoma a idéia de que é fundamental para analisar o significado das palavras entender que elas também são fatos, e que é possível fazer coisas com as palavras.

¹⁶ Cf. Skinner, 2002b.

¹⁷ Esta crítica também está presente em Skinner (2002a).

¹⁸ Ver Skinner, 2009.

Ambos os autores, segundo a leitura de Skinner, sustentam que para compreender qualquer enunciado sério é necessário captar alguma coisa que vai além e está por cima do sentido e da referência dos termos utilizados para expressá-lo. Seria necessário, na formulação particular de Austin, encontrar os médios para recuperar aquilo que o agente poderia haver estado *fazendo* ao dizer aquilo que ele diz, e portanto entender o que o agente haveria querido significar ao utilizar uma expressão com esse exato sentido e referência. Desta forma as intuições de Wittgenstein e Austin ofereceriam uma hermenêutica excepcionalmente valiosa para os historiadores intelectuais¹⁹.

No momento da fala e da escrita o autor também está realizando uma *performance* discursiva, e isto é particularmente válido no caso da ação política. Aliada a esta noção de *performance* está a difícil noção de *intenção*. Skinner formula seu apelo à historicidade de uma interpretação em termos de recuperação da intenção do autor. Como consequência um dos elementos centrais de uma abordagem histórica do pensamento político será enfatizar a importância de resgatar as *intenções* que um autor teria abrigado ao elaborar seu texto. A ênfase nas intenções do autor leva Skinner a analisar o *contexto* no qual aquele escreve; as intenções do autor não podem existir de forma independente da linguagem em que o texto é construído.

Como afirma Skinner (2002b) o *contexto* apropriado para entender as expressões de determinado autor será sempre qualquer contexto que permita apreciar a natureza da intervenção constituída por suas expressões; para recuperar esse contexto em qualquer caso em particular será necessário realizar uma pesquisa histórica extremamente ampla tanto no seu espectro como em seus detalhes. Se o historiador for capaz de identificar esse contexto com suficiente precisão, será possível interpretar o que o escritor estava fazendo ao dizer o que ele diz.

O autor, nesta visão, habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá dispor para efetuar-las. Neste ponto, a análise busca entender a relação existente entre contexto lingüístico e os atos de fala²⁰.

¹⁹ Cf. Skinner, 2002b: 103-4.

²⁰ Cf. Pocock, 2003: 27.

O método analítico proposto por Skinner aponta na direção tanto do resgate da linguagem do autor quando das intenções, bem como a tratá-lo como um habitante de um universo lingüístico. Para Skinner isso não implica em reduzir o autor a um mero porá-voz de sua própria linguagem. Quanto mais complexo, e até quanto mais contraditório o contexto lingüístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto lingüístico e induzam a modificações no interior dele. Neste ponto, a história do pensamento político torna-se uma história da fala e do discurso, das interações entre a fala do autor e o contexto lingüístico no qual habita. Sustenta-se não somente que essa história do pensamento político é uma história do discurso, mas que ela tem uma história justamente em virtude de se tornar discurso²¹.

Por sua vez, a interpretação de Pocock, seguindo Oakeshott, a teoria política pode ser abordada a partir de enfoques diferentes, pode ser pensada como modos de experiência, experiência histórica ou prática, ou a partir de disciplinas rivais; um análise deste tipo parece destacar uma tensão fundamental entre o histórico e o filosófico. A análise de Pocock tem combinado dimensões lingüísticas e sociológicas, na visão do autor cada sociedade desenvolve um determinado vocabulário político estável compreendendo uma série de conceitos agrupados juntos em um domínio interno formado pela gramática e sintaxe e um repertório de associações. A existência de vários grupos suficientemente segregados dentro de uma sociedade pode levar ao desenvolvimento de dois ou mais vocabulários (Hampsher-Monk, 2001: 161).

Como conseqüência, afirma Pocock, uma das tarefas centrais do historiador do discurso político será estabelecer a linguagem ou linguagens em que determinada passagem do discurso político estava sendo desenvolvida. Essas “linguagens” serão na realidade, sublinguagens, idiomas e retóricas mais do que linguagens no sentido estrito; e essas linguagens, também, variam no seu grau de autonomia e estabilidade. A tarefa do historiador é buscar os modos de discurso estáveis o suficiente para permitir seu uso por parte de mais de um locutor e para apresentar o caráter de um jogo definido por uma estrutura de regras para mais de um jogador. Isso possibilitará considerar o modo pelo qual os jogadores exploram as regras uns contra outros, e ao mesmo tempo, como atuam *sobre* as regras com a conseqüência de alterá-las. Essas linguagens variam também na origem e, por conseguinte, em conteúdo e caráter. Algumas podem ter sua genealogia

²¹ Cf. Pocock, 2003: 28.

nas práticas institucionais de determinada sociedade: como os jargões profissionais de filósofos, teólogos, juristas, comerciantes, ou aqueles que se tornaram reconhecidos como integrantes da prática política ou como formuladores do discurso político. Para o autor pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público (Pocock, 2003: 31)²².

Para Pocock grande parte da prática do historiador do pensamento político consistirá em aprender a ler os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época que o historiador está estudando: identificá-los à medida que aparecem na textura lingüística de um determinado texto e saber o que eles comumente teriam tornado possível ao autor do texto “dizer”. Em certo grau o processo de aprendizado é um processo de familiarização, mas ele não pode permanecer meramente passivo e receptivo à linguagem que lê, e, com freqüência deve empregar certos procedimentos de detecção que lhe tornam possível construir e validar hipóteses, no sentido de estabelecer que tais e tais linguagens estavam sendo empregadas e podiam ser empregadas de tais e tais maneiras. Nesta linha de trabalho, o historiador das idéias terá inevitavelmente de se confrontar com problemas de interpretação, de tendência ideológica e com o círculo hermenêutico.

Em um de seus primeiros trabalhos importantes – *The Ancient Constitution and the Feudal Law* – Pocock identificou a existência e conflito entre duas linguagens fundamentais na Inglaterra do período, a linguagem da *common law*, de acordo com a qual a busca do precedente como forma de argumentar politicamente implicava a existência de um passado inalterável, e a linguagem baseada na *feudal law*, a partir da qual era discernível uma estrutura diferente do passado inglês. Para ambas as linguagens o passado exercia uma autoridade sobre o presente, e portanto os autores que utilizavam essas linguagens procuravam conhecer a verdade sobre o passado como forma de estabelecer ou contestar a legitimidade do presente. Pocock entende que a primeira tarefa de caráter interpretativa do historiador do pensamento político deve ser identificar e construir essas linguagens e suas transformações no tempo. Explicar a produção de um autor determinado implica identificar sua relação com a linguagem ou linguagens que o autor utiliza na sua argumentação. Este segundo elemento de

²² Ver também Pocock, 1962.

apresentação da linguagem sempre coloca o perigo que a exegese se apresente como coerente quando não o é. Chamando a atenção sobre a dificuldade de resistir a tentação de se comprometer com a (como oposto a escrever história da) teoria política, Pocock explica a lamentável mais constante tendência dos historiadores da teoria política de tornar-se filósofos (Hampsher-Monk, 2001: 161).

No entanto um grupo de autores críticos tem sublinhado que esta nova metodologia – a insistência do significado contextual das afirmações teórico-políticas – é politicamente impotente desde que a abordagem é tão irreparavelmente histórica que seus conceitos são inservíveis para os argumentos da teoria política contemporânea.

Esta consequência distintiva da abordagem metodológica proposta não tem passado de forma inadvertida para os próprios autores. Skinner e Dunn de forma mais explícita, e no caso de John Pocock de forma mais implícita, têm alertado sobre a inconveniência de utilizar argumentos e conceitos construído sobre locuções históricas para os propósitos de uma discussão política contemporânea.

Entre as proposições polemicas colocadas por Skinner, uma das centrais se refere à inexistência de idéias políticas douradoras que podam ser objeto de uma análises histórica apropriada. E ainda se pudessem existir, em um nível adequado de abstração, questões douradoras em teoria política, o tipo de respostas colocadas teriam uma especificidade historicamente determinada, desta forma não seriam relevantes para nossas preocupações presentes, e de forma mais geral, não se deveria esperar aprender nada diretamente aplicável ou relevante para nossa situação de um estudo propriamente histórico da teoria política²³. De fato, considerando a estrutura teórica do argumento de Skinner é possível afirmar que a desqualificação de qualquer elemento diacrônico dos conceitos políticos ou das teorias não só corresponde com as intenções do conjunto complexo de atos de fala na sua ofensiva metodológica, mas eles são também uma consequência estrita e lógica deles (Hampehser-Monk, 2001: 167).

Isto não equivale a negar que existam lições que possam ser aprendidas da história.

IV.

²³ Cf. Skinner, 2002.

Nas últimas décadas a teoria política continuou a florescer, e ainda parece continuar com uma importante força inovadora. A mudança na fortuna da teoria política em direção a prosperidade também parece acarrear problemas centrais para seu futuro desenvolvimento, ainda que fazer um balanço dos problemas presentes seja sempre uma empresa muito provisória. Como afirma Terence Ball, o recém encontrado orgulho da teoria política pode ser o presságio da sua queda; para o autor a teoria política estaria seguindo uma trajetória bastante parecida com a que a ciência política comportamentalista percorreu de meados da década de '50 até fim dos anos '60. Vários são os sinais de que a teoria política pode encontrar um destino semelhante.

“O primeiro sinal reside no crescente isolamento da teoria política em relação ao seu tema, que ela supostamente compartilha com a ciência política, a saber a política. Um segundo sinal estreitamente relacionado com o primeiro, tem a ver com a crescente especialização e profissionalização da teoria política. Um terceiro sinal de perigo consiste no aumento da preocupação dos teóricos políticos com questões de método. E um quarto sinal é discernível em nossa propensão a engajarmo-nos em disputas metodológicas e/ou metateóricas. Em suma, estamos tornando-nos o tipo de criatura que outrora criticamos.” (Ball, 2004: 6).

Como afirma Rosanvallon os termos dentro dos quais tem se desenvolvido o debate metodológico nos Estados Unidos e na Inglaterra tem levado a autores como Skinner e Pocock a estabelecer uma conexão sistemática entre a construção de uma *philosophia perennis* e todas as visões filosóficas que buscam entender o vínculo existente entre os temas passados e presentes. As condições e pressupostos sob os quais esses autores desenvolveram sua crítica da forma tradicional de abordagem da história das idéias têm impedido de dar um passo decisivo para elaborar uma história filosófica da política. Sua contribuição de todas maneiras continua a ser inestimável (Rosanvallon, 2001: 203).

Na sua aula inaugural proferida na Universidade de Cambridge como *Regius Professor* de História Moderna, Skinner analisa a ascensão e queda, dentro da teoria política anglófona, do que denominou como uma compreensão neo-romana da liberdade civil.

Tornar-se consciente de nosso passado político, afirma Skinner, é parte de entender nosso presente político. Recuperar a forma na qual os conceitos e argumentos ainda em uso foram definidos no passado é uma maneira de “evitar cair sob o feitiço de nossa própria herança intelectual. Quando analisamos e refletimos sobre nossos

conceitos normativos, é fácil nos deixarmos enfeitiçar pela crença de que as maneiras de pensar sobre eles que nos foram transmitidas pela corrente principal de nossas tradições devem ser as maneiras de pensar sobre eles” (Skinner, 1999: 93).

Nenhuma destas aspirações é desagradável para mim, tanto do ponto de vista acadêmico como do ponto de vista político. Todo o contrário, como afirma Hampsher-Monk, é possível combinar uma apreciação dos resultados intelectuais da nova metodologia e uma cautela sobre seu caráter potencialmente despolitizador (ver Hampsher-Monk, “Political Languages in Time: The Work of J.G.A. Pocock”, *The British Journal of Political Science*, 14, 1 (1984)). No entanto estes desenvolvimentos não tem se reconciliado com os fundamentos filosóficos sobre os quais as versões mais rigorosas da revolução histórica tem se construído e, por enquanto, não existe nenhuma revisão metodológica em andamento, ao menos com um grau comparável de sofisticação técnica de aquela que estabeleceu a posição original.

Se a situação da teoria política no começo deste século é bem diferente daquela das décadas de '50 e '60, e os desenvolvimentos do ponto de vista metodológico e substantivo têm sido extremamente importantes, por outra parte esses mesmos desenvolvimento tem levado a teoria política a um processo de gradual despolitização.

Este processo de despolitização da teoria política se caracteriza, por uma parte uma progressiva separação entre teoria e história, como verificado nas correntes normativas da teoria política. Por outra parte a ênfase em uma abordagem histórica do pensamento político tem deixado de lado as questões teóricas e políticas relevantes do ponto de vista contemporâneo.

Bibliografia:

Almond, Gabriel A. “Political Science: The History of the Discipline”. In: Goodin, Robert E. e Hans-Dieter, Klingemann (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Ball, Terrence. “Political theory and political science: Can this marriage be saved?” *Theoria: Journal of Social and Political Theory*. Issue 113, August, 2007, pp. 1-22.

Ball, Terence. “Aonde vai a teoria política?”. *Revista de sociologia e política*, Nº 23, novembro de 2004.

- Ball, Terence. "Discordant voices: American Histories of Political Thought". In: Castiglione, Dario e Hampher-Monk, Iain. *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Bevir, Mark. "Political studies as narrative and science, 1880-2000." *Political Studies* 54(October): 583-606 at 592, 2006.
- Castiglione, Dario e Hampher-Monk, Iain. *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Collini, Stephan. "Postscript. Disciplines, Canons and Publics: the History of 'the History of Political Thought' in Comparative Perspective". In: Castiglione, Dario e Hampher-Monk, Iain. *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Collini, Stephan, Winch, Donald e Burrow, John. *La política, ciencia noble. Un estudio de la historia intelectual en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- Dryzek, John S.; Honig, Bonnie e Phillips, Anne (eds.) *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- Dunn, John. "The Identity of Political Thought of Ideas", *Philosophy*, N° 43, 1968.
- Easton, David. *The Political System*. New York: Knof, 1953.
- Easton, David. *A System Analysis of Political Life*. New York: Wiley.
- Falco, Maria J. *Truth and meaning in political science: An introduction to political inquiry*. Columbus: Charles E. Merrill Publ. Co., 1973.
- Farr, J. "Remembering the Revolution: Behaviouralism in American Political Science". In: Farr, J.; Dryzek, J.S. e Leonard, S.T. (eds) *Political Science in History. Reserch Program and Political Traditions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goodin, Robert E. e Hans-Dieter, Klingemann (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- Gunnell, John G. "Political Theory: The Evolution of a Subfield". In: *Political Science: The State of the Discipline*, Ada W. Finifter, ed. Washington, DC: American Political Science Association, 1983.
- Hampsher-Monk, Iain. "The History of Political Thought and the Political History of the Thought". In: Castiglione, Dario e Hampher-Monk, Iain. *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Koselleck, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Editora PUC-Rio, 2006.

- Laslett, Peter. "Introduction". *Philosophy, Politics and Society*. Oxford (1st series), 1956.
- Laslett, Peter (org.). *Patriarcha and Other Political Works of Sir Robert Filmer*. Oxford: Garland, 1949.
- Laslett, Peter (org.). *John Locke: Two Treatises of Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- Nehamas, Alexander. "Trends in Recent American Philosophy". *Daedalus* 126, N° 1, 1997.
- Parek, Bhikhu. "Political Theory: Traditions in Political Philosophy". In: Goodin, Robert E. e Hans-Dieter, Klingemann (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law. A Study of English Historical Thought in the Seventeenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, (1957) 2004.
- Pocock, J. G. A. "The History of Political Thought: a Methodological Enquiry". In: Laslett P. e Runciman, W. G. (eds.) *Politics, Philosophy and Society*. Oxford (2nd series), 1962.
- Pocock, J. G. A. *The Maquiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, (1975) 2003.
- Pocock, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- Rawls, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- Rosanvallon, Pierre. "Towards a Philosophical History of the Political". In: Castiglione, Dario e Hampher-Monk, Iain. *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, (1978) 2009.
- Skinner, Quentin. "Meaning and Understanding in the history of ideas". In: *Visions of Politics, Vol I. Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.
- Skinner, Quentin. "Interpretation and the Understand of Speech Acts". In: *Visions of Politics, Vol I. Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002b.
- Skinner, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- Skinner, Quentin. "A Reply to My Critics". In: Tully, James (ed.) *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Skinner, Quentin. "Language and Political Change". In: Ball, Terence; Farr James e Hanson Russell L. *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Strauss, Leo. "What is Political Philosophy". In: Strauss, Leo. *What is Political Philosophy and Other Studies*. Chicago: The University of Chicago Press, (1959) 1988.

Wolin, Sheldon. *Politics and Vision. Continuity and Innovation in Western Political Thought (Expanded Edition)*. Princeton: Princeton University Press, (1960) 2004.